



## **Enfrentando a Vulnerabilidade Social em uma Favela Carioca: aspectos da história da Rocinha (1940-1993).**

**Silvio de Almeida Carvalho Filho (UERJ/UFRJ)<sup>1</sup>**

Estudar a história da Rocinha, a maior favela americana, situada no Rio de Janeiro levou-nos a perceber que a questão social estabelecia-se na fissura existente entre a jurisdição política da democracia, fundada sobre o reconhecimento dos direitos dos cidadãos, e a lógica estritamente econômica do capitalismo, provocadora da miséria e da desmoralização das classes subalternas. Deparamo-nos com uma liberdade individual que, para os “que se encontravam sem vínculos e sem suportes, privados de qualquer proteção e de qualquer reconhecimento”, significava não a competência para usufruir, mas o total desamparo ante as necessidades básicas de um ser humano, submetido a pior das servidões.<sup>2</sup>

O exame das condições de vida e de trabalho dos moradores da Rocinha indiciava como eles abarjavam a precariedade social, que evitamos qualificar de “exclusão social”, já que esse termo designa um estado. Como analisamos o fenômeno processualmente, optamos

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).  
Contacto: silvioacf@terra.com.br.

<sup>2</sup> Castel, Robert. 1998. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, p. 45; cf. p. 30-1; 34-5, 44, 297.

por substituí-lo pelos conceitos de vulnerabilidade e de desvinculação sociais, indicadores de etapas negativas do percurso pessoal e coletivo, construídos pelo sociólogo francês Robert Castel. O processo de integração, vulnerabilidade e desvinculação possui uma dinâmica que flui em vários eixos, cada um dos quais corresponde a um caminho que vai de um pólo positivo – inserção, inscrição, integração – a um pólo negativo – exclusão, desvinculação, ruptura. Arquitetamos cinco eixos básicos desse percurso, o econômico-ocupacional, o das redes de solidariedade, o da política (cidadania), o cultural (valores simbólicos) e o do âmbito da vida. Desse modo, entendemos como integração social, o estágio no qual os indivíduos ou grupos encontram-se agregados positivamente nos eixos do trabalho, das redes de solidariedades, da cidadania, das condições de vida e mesmo no do simbólico. A precarização em vários desses mancais, especialmente no âmbito econômico-ocupacional e nas redes de solidariedade, leva a um estágio de vulnerabilidade ou mesmo de desvinculação social, esse último considerado a etapa mais chã do processo. No entanto, detectamos que nem sempre “há uma correspondência unívoca e sistemática entre” os direcionamentos ocorrentes em cada eixo.<sup>3</sup> Deixando mais claro: um indivíduo pode estar se precarizando no âmbito econômico-ocupacional, todavia, permanecer perfeitamente integrado no eixo das redes de solidariedade. Assim, por esse último fato, não se desvincula socialmente, entrando, apenas numa situação de vulnerabilidade.

No mundo do trabalho, o processo de integração, vulnerabilidade e desvinculação sociais desenvolve-se “entre uma inserção estável e regular que conjuga o binômio assalariamento (rendimentos) e proteção social, típica” das sociedades salariais nas potências centrais do capitalismo, e “uma condição de ruptura dos vínculos”<sup>4</sup>, que pode ser representada, entre outras, por um desemprego crônico, por um trabalho temporário ou informal. Essa situação leva à vulnerabilidade ou, caso o indivíduo esteja também negativamente posicionado em outros eixos, à desvinculação. Privilegiamos o trabalho, mesmo que em empregos instáveis, como um dos vértices sustentadores da inscrição dos habitantes da favela da Rocinha na estrutura social.

No eixo das redes de solidariedades, a inserção correspondia a vínculos familiares sólidos e estáveis, a relações de amizade, de vizinhança, assim como a liame com o sistema de previdência social. A fragilidade desses laços podia levar o indivíduo ao isolamento. Na

---

<sup>3</sup> Escorel, Sarah. 2000. Vivendo de teimosos. Moradores de Rua da Cidade do Rio de Janeiro. In: Bursztyn, Marcel (org.). *No Meio da Rua. Nômades, Excluídos e Viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 139-171, p. 141, cf. 143; Castel, R., 1998:25-6.

<sup>4</sup> Escorel, 2000:142.

favela da Rocinha, a ameaça ou a ocorrência de processos de desvinculação social eram perceptíveis quando o desemprego prolongado, a doença ou a velhice não eram compensados por um cabeamento de vínculos de proteção, ou seja, pelo sistema de interdependências fundadas sobre o pertencimento comunitário.

Importante fator no processo social por nós investigado encontrava-se no eixo das condições gerais de vida, onde, entre o pólo positivo “saudável” ao negativo da morte, encontramos diferentes estágios de morbidades, de graus de esperança de vida, de acessos aos serviços de saúde, assim como aos benefícios de água potável e de esgotamento sanitário. Vemos aí as infidelidades do meio com as quais o favelado defrontara-se para permanecer saudável em um território discriminado.

Atemo-nos também ao eixo da política ou da cidadania como um fator propiciador de uma maior ou menor vinculação/ desvinculação sociais. A “situação polar positiva neste” estava “representada pela cidadania plena universal”. Nele contavam a formalização e a experiência dos benefícios, assim como “a igualdade no acesso e usufruto” desses, além disso, a possibilidade dos habitantes da Rocinha representarem-se de formas cada vez mais autonomizada “na esfera pública em defesa de seus... direitos legítimos”.<sup>5</sup>

A Rocinha surgiu, na década de 1920, nos morros da Praia da Gávea, atual de São Conrado, havendo indícios que parte de seus primeiros habitantes provieram dos operários das várias indústrias dos bairros vizinhos da Gávea e do Jardim Botânico, todavia o maior contingente adveio do êxodo rural. Em 1945, quando Renato Caruso, dono de vasta área na localidade, doou-a em troca de votos para se eleger vereador, o espaço encheu-se de casebres. Muitas pessoas procediam dos sertões do Nordeste o que propiciou a favela, já na década de 1950, ser apresentada como um gueto nordestino. Contudo, também se originaram de outras regiões, tais como municípios do centro-norte do Estado do Rio de Janeiro ou áreas agrícolas do Estado de São Paulo que, a partir da crise econômica da cafeicultura, na década de 1940, tornaram-se paragens de êxodo rural.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup>. Escorel, 2000:143-4.

<sup>6</sup> Cf. *Varal de lembranças: história e causas da Rocinha/* União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha. Rio de Janeiro: A União Tempo e Presença Edições, 1983, p. 20-1, 28, 34, 43; Noronha, Santos. *As Freguesias do Rio Antigo*. Introdução, notas e bibliografia por Paulo Berger. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965 (1 ed. de 1900), p. 52; Gerson, Brasil. 2000. *História das Ruas do Rio de Janeiro*. 5 ed. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, p. 308-9; SEGALA, Lygia. 1991. *O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982)*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2 vs. (Dissertação, Mestrado em Antropologia Social), p. 6, 100; Souza, Bernardino Francisco de Souza. *Depoimento*. Rio de Janeiro (Favela da Rocinha): 15/11/2002. (mimeo e fita-cassete); LIMA, Alberto Moreira Lima. *Depoimento*. Rio de Janeiro (Favela da Rocinha): 19/08/2002 (mimeo e fita); Botelho, Alda Dias. *Depoimento*. Rio de Janeiro (Favela da Rocinha): 6/10/2001. (mimeo e fita-cassete).

Muitos dos habitantes da Rocinha, chegados nas décadas de 1940 e de 1950, eram, em suas terras natais, filhos de agricultores pobres, na maioria das vezes não-proprietários, mormente praticantes de agricultura ou de pecuária voltadas para subsistência. Proviam de famílias de prole numerosa, de quatro a dez filhos, que, numa faixa variável entre os sete e os dez anos, colaboravam com a formação da renda familiar, trabalhando na agricultura, na pecuária ou em outros pequenos misteres. Assim, as péssimas condições da vida rural fragmentaram a família, levando os filhos ao êxodo, muitas vezes, dispersando-os ao longo do território brasileiro.

Vindos de áreas com índices de escolaridade baixíssimos, em especial as mulheres, eram analfabetos ou possuíam um mínimo conhecimento das primeiras letras e contas. A história do paraibano Bernardino Francisco de Souza, carpinteiro, habitante da Rocinha, desde 1949, bem exemplifica a precariedade da formação “escolar” dos antigos moradores. Seu pai, um homem analfabeto, ante as possibilidades da miserável vida no agreste nordestino, não via necessidade dele freqüentar a escola, já que lá a “leitura não dava comida a homem”. Então, “a primeira caneta que” lhe “deram”, em sua terra natal, “foi uma enxada”.<sup>7</sup> Assim, a ausência de qualificação educacional para funções mais complexas no mercado de trabalho urbano tornara-os vulneráveis.

A proximidade do trabalho foi constantemente um dos critérios essenciais para os pobres escolherem sua moradia. No Estado do Rio de Janeiro, diversos migrantes residiam na Baixada Fluminense, no subúrbio ou em outra favela carioca, muito longe do emprego na zona sul, tendo de utilizar como transportes populares, como trens superlotados, aumentando-lhe o cansaço do dia. Alguns até dormiam no trabalho para economizar tempo, dinheiro e não sofrer o grande desconforto do trajeto. Para solucionar esse problema, a escolha foi Rocinha por se situar na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, área com maior oferta de empregos.

Muitos, anteriormente, residiram em condições habitacionais tão ou mais precárias que na favela e lá chegaram famintos e sem mobiliário, apenas com a roupa do corpo e alguns trapos.<sup>8</sup> A “história do morro<sup>9</sup>”, ressaltava um favelado, “é igual que torcer uma roupa quando sai da bica. Um lenço cheio de lágrimas”. Apesar de tanto amargor, revelador da vulnerabilidade e da desvinculação social, residir nesse espaço discriminado constituíra-se num refrigério, pois se não adentraram no paraíso, pelo menos, estavam num purgatório, ante ao inferno que antes experimentaram.

---

<sup>7</sup> Souza, B. F. de, 15/11/2002; cf. Botelho, Alda Dias, 6/10/2001; Lima, A. Moreira, 19/08/2002.

<sup>8</sup> *Varal*, 1983:5, cf. 16-8.

<sup>9</sup> “Morro” torna-se, na linguagem carioca, muitas vezes, sinônimo de favela, já que grande parte delas situa-se em elevações.

Desde os primórdios, antes mesmo da intensificação da política de remoções na década de 1960, o favelado temia as constantes ameaças das retiradas individuais ou coletivas realizadas pelas autoridades municipais e estaduais em nome da legalidade, da saúde, da segurança ou da moralidade pública. Os guardas, que policiavam o terreno onde a favela se estabeleceu, sempre estavam a arrancar os paus sustentadores dos barracos, depois, vieram os planos de remoção coletiva. Todavia, as autoridades, possuindo a missão de “impedir a construção de barracos no local, [...] faziam ‘vista grossa’, mediante recompensa em dinheiro” ou mesmo por relações de amizade.<sup>10</sup> As ações denunciavam que a população instalada na Rocinha fê-lo, desde o início, em grande parte, à margem da lei e por tolerância daqueles que não deveriam legalmente consentir a ocupação daquelas terras.

Dessa forma, os pobres elaboraram suas táticas para burlar a repressão contra a construção de seus barracos. “Na época de Getúlio”<sup>11</sup>, ou seja, nesta extensa temporalidade do depoimento oral, os novos favelados, apressadamente, erguiam suas toscas habitações, primordialmente à noite, e imediatamente colocavam dentro uma criança ou uma família, mesmo que emprestada, garantindo assim a não demolição do casebre pela polícia. Caso contrário, chegava um caminhão cheio de guardas, armados de pés-de-cabra, marretas, foices e machados para dismantelar o barraco. Esta repressão, na verdade, achava-se amparada pelo Código de Obras de 1937 da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro que proibia, em áreas de ocupação ilegal, a construção de novas casas ou de qualquer melhoria nas existentes. A restrição existia, mas as táticas para ocupar as terras são criativas, contínuas, criando uma situação de fato. Desde a década de 1950, segundo alguns relatos, o governo federal e a prefeitura tentavam estorvar que os barracos de madeira se tornassem de alvenaria, visando com isso impedir que a ocupação ilegal pudesse instalar-se mais solidamente. Se houvesse infração a esta resolução, a polícia sentia-se no direito de destruir a nova vivenda. Alguns, para burlar, edificaram cômodos com paredes de tijolos sob a de tábuas. Apesar das proibições e derrubadas, as casas de alvenaria gradativamente impuseram-se.<sup>12</sup>

Até a primeira metade da década de 1950, a Rocinha ainda possuía grande parte de sua área não ocupada, com espaços entre os barracos preenchidos por vegetação, ou seja, lá só

---

<sup>10</sup> Varal, 1983:37cf. p. 6- 7, 39; Federação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema). Relatório do projeto de ecodesenvolvimento. V.4: Favela da Rocinha, in: *Cadernos da FEEMA*. [Rio de Janeiro] s.d. Série Relatório Técnicos 3180, (mimeo), p. 4018; Zaluar, Alba e Alvito, Marcos. 1999. Introdução. In: Zaluar, Alba e Alvito, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, pp. 7-24, p. 9; Rocha, Adair. 2000. *A Cidade Cerzida: a costura da cidadania no Morro Santa Marta*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p.19; Botelho, Alda Dias, 6/10/2001.

<sup>11</sup> Getúlio Vargas foi Presidente da República do Brasil entre 1930 e 1945 e entre 1951-1955.

<sup>12</sup> Cf. Varal, 1983:46, 52, 55; Botelho, Alda Dias, 6/10/2001.

havia “mato”. Devido à origem rural de grande parte dos habitantes, adotou-se o hábito de criar animais até mesmo de grande porte, como bois, assim como se plantavam algumas fruteiras ao longo das encostas. Dessa maneira, arrumava-se alguma forma de melhorar a qualidade da alimentação.<sup>13</sup>

Com o decorrer dos anos, passou-se a disputar, palmo a palmo, qualquer nesga de chão humanamente desocupado. Essas contendas surgiram com mais intensidade desde fins da década de 1960 com o advento cada vez mais crescente de recém-chegados, inclusive, do Nordeste do Brasil. Com o avolumar de novos ocupantes, qualquer quintal, onde, às vezes, um mais antigo morador criava galinhas, porcos, alguns cabritos a devorar as sebes ou, quiçá, colocara um varal mais extenso para secar roupas, encontrava-se potencialmente ameaçado. Quando esse terreno era invadido para a edificação de mais um barraco e o seu dono não se arriscava utilizar a própria força bruta em defesa de sua posse, recorria-se, vez por outra, ao poder de polícia do Estado que lá vinha tentar conciliar as partes.<sup>14</sup> Mas, comumente, parece que se aceitava as perdas de forma mais tácita e consensual.

Já na década de 1940, algumas pessoas chegaram na favela pagando locação. Fenômeno esse que com o tempo não só se espalhou, assim como encareceu pelo fato da localidade ser na zona sul, região nobre da cidade. Preferiam locar em uma favela que ter abrigo em algum terreno ou casebre próprios em locais longínquos do trabalho. Muitos favelados, ao juntarem algum dinheiro, conseguiam comprar ou erguer barracos para alugarem, obtendo uma renda extra, além dos parcos salários e pensões.<sup>15</sup>

A favela já de enorme extensão em meados da década de 1970, classificada, então, como uma “uma cidade marginal”, “dentro da zona sul”, “debruçada sobre o mar”.<sup>16</sup> Em outras palavras, era um estorvo situar um bolsão de pobreza em sítio, então, muito valorizado pelo capital imobiliário, indisponibilizando a área para a utilização da elite carioca. A extensão demográfica e o peso político da Rocinha tornavam-na, então, um “pesadelo para as políticas remocionistas”, prenunciando a futura crise das mesmas, no decênio seguinte, quando, em decorrência disso surgiram os primeiros planos de urbanização da favela.<sup>17</sup>

Ao longo da história, a Rocinha vivenciou uma realidade que ameaçava qualquer índice de desenvolvimento humano da ONU. Ora carecia água, ora faltava luz; conviviam-se com as valas negras, a falta de qualquer padrão mínimo de limpeza urbana, encontrando-se as

---

<sup>13</sup> *Varal*, 1983:6, cf. p.18, 23; cf. Botelho, Alda Dias, 6/10/2001.

<sup>14</sup> Cf. *Varal*, 1983:52.

<sup>15</sup> Cf. Botelho, Alda Dias, 6/10/2001.

<sup>16</sup> *Movimento*, 24/01/1977 e *O Globo*, 23/10/1976 apud Segala, 1991:5.

<sup>17</sup> *O Globo*, 25/10, 1971, passim apud Segala, 1991:5 cf. p. 10.

ruas, no início da década de 1980, enlameadas com valas, buracos e amontoados de lixos, onde cães, gatos e ratos fuçavam, obrigando o transeunte a respirar um odor não muito agradável e andar com cuidado. Disso tudo, resultava um meio ambiente desfavorável à saúde pública, acarretando vulnerabilidades coletivas.

Semelhantemente às mulheres pobres brasileiras, as da Rocinha, nas décadas de 1940 e 1950, tiveram grande prole, chegando, às vezes, a dezenas de filhos. As grávidas, em geral, davam luz a seus filhos em casa, recorrendo às parteiras da vizinhança. Em casos graves e excepcionais, procuravam os médicos obstetras do Hospital Público Miguel Couto. Muitas vezes, quando se desejava, juntamente com o parto, realizar a laqueadura das trompas, recorria-se, clandestinamente, a médicos particulares, decisão derradeira e corajosa, tomada quando possuíam mais que uma dúzia de filhos.

O aborto, apesar de ser no Brasil ilegal, era uma prática muito comum entre essas mulheres, realizada, às vezes, sozinhas e até “com talo de couve (sic)”.<sup>18</sup> Outras o perpetravam com parteiras e “curiosas”, mas também com médicos. A precariedade na saúde reprodutiva feminina, com dificuldade de acesso aos serviços de saúde pública ou mesmo de informações sanitárias, acarretava-lhes vulnerabilidades, tais como morbidades, menor esperança de vida e, inclusive, mortalidade materna e infantil.

Nesse espaço discriminado pelos órgãos públicos, o acesso a uma rede encanada de água e esgotos era caro, ineficiente ou inexistente. Os favelados, na década de 1960, conseguiram água, procedente de bicas coletivas, existente de acordo com a sorte do dia, ou de um poço.<sup>19</sup> No início dos anos de 1980, quando tiveram acesso à água encanada, optaram por um sistema de distribuição aérea de canos de PVC, muito freqüentemente pendurados no beiral dos telhados, nas lajes ou cravados com buchas plásticas nas paredes. Essa escolha foi feita por serem as construções muito próximas, os terrenos acidentados e com pouco dinheiro para obras de infra-estrutura, podendo assim se evitar a danificação dos canos, ante o constante trânsito de pedestres e de cargas. Além disso, as redes aéreas apresentavam facilidades de reparos e evitavam ligações clandestinas.

O não planejamento cartesiano de suas serventias expressou-se na relação entre o território da casa e o da rua. Sendo pouco espaço para muitos habitarem, conquistou-se o doméstico em detrimento do reservado à circulação pública. A região apresentava-se como um bairro-labirinto de ruelas estreitíssimas e becos tortuosamente entrelaçados, com moradas

---

<sup>18</sup> Botelho, Alda Dias, 6/10/2001.

<sup>19</sup> Cf. *Varal*, 1983:23, 37, 52, 64; 67; ALVES, Ronaldo. 1997. *O Bandido e outras histórias da Rocinha*. Rio de Janeiro: Sette Letras, p. 14.

sem numeração. Saber diferenciá-las constituía habilidade para os locais, já que estranhos, só após muitas visitas e permanências, conseguiam adentrar nas estranhas do lugar, sem se perderem. Portanto, para se localizar uma residência, podia-se levar, até duas horas, sendo que, às vezes, nem se lograva, necessitando do auxílio de moradores. E, mesmo assim, tinha-se que se encontrar uma espécie de micro-localidade dentro da favela, ou seja, algum ponto referencial muito conhecido. Para se chegar a um endereço, havia que subir escadas, pular buracos, poças de lama, águas pútridas e tentar descobrir a entrada da habitação. A dificuldade de localização estorvava o exercício da cidadania do residente na Rocinha, pois impedia o serviço dos correios com o recebimento de correspondências e contas, mas também entravava o pedido de crédito em lojas. Logo, viver na Rocinha era ser, para muitos, um indivíduo “sem endereço”, obstando exercer atos simples da vida, assim como reafirmando a identidade negativa, potencializadora da vulnerabilidade. Além disso, apresentar a Rocinha como residência significava quase uma imediata discriminação social, então, muitos negavam-na, assumindo, por vezes, endereço de parentes e amigos “do asfalto”, ou o substituíam pelo o do elegante bairro vizinho de São Conrado.

Ao longo história da Rocinha, encontramos-na povoada por trabalhadores manuais, desqualificados, mal remunerados, com baixa ou nenhuma escolaridade, “paus para toda obra”: operários industriais, funcionários públicos subalternos, peões da construção civil, biscateiros, vigias, motoristas, balconistas, carregadores, carpinteiros, sapateiros, mensageiros, birosqueiros, vendedores ambulantes, datilógrafos, barbeiros, ajudantes de cozinha em bares e hotéis.<sup>20</sup>

Em relação ao trabalho feminino, ressaltamos que a dupla ou até tripla jornada era inerente à vida da favelada, muito tempo antes da mulher de classe média sofrê-la. Muitas desejaram se dedicar integralmente à criação de seus filhos, mas isso constituiu um sonho passageiro, pois era necessária complementar a renda familiar e, por vezes, garantir o sustento total da família. Dentre as atividades femininas remuneradas, as lavadeiras foram numerosas, tanto no decênio de 1940 quanto no de 1980, porque, as senhoras burguesas, não tendo máquinas de lavar roupa, a elas recorriam, possibilitando às pobres tomar conta da prole e ao mesmo tempo perceber alguma renda.

Alda Botelho, entre as décadas de 1940 e 1960, cobrava por peça lavada e passada, cujo controle da entrega e da devolução eram assentados em caderninhos conferidos pelas

---

<sup>20</sup> Cf. Botelho, Alda Dias, 6/10/2001; SAGMACS. 13 de abril de 1960. *Aspectos Humanos da Favela Carioca. O Estado de São Paulo* – suplemento especial nº 1 — Parte Geral. São Paulo, p. 20; *Varal*, 1983:17-18, 20, 22, 28-9.

patroas. Sua faina era pesada, já que chegou a servir a 40 famílias, utilizando água de riacho na Rocinha, sabão ordinário e um pesado ferro de passar roupa a carvão, precisando andar a pé nas ruelas da favela, tomar ônibus carregando a roupa passada com cuidado para entrega-la nas residências. Afora isso, sozinha cuidava de dez filhos. Cozinhou em um fogareiro a carvão, depois em um fogão de pedra à lenha, cujo uso comum aos moradores deve ter contribuído para o desflorestamento da área e, provavelmente na década de 1950, passou para o fogão a querosene e no decênio seguinte para o a gás de cozinha, cujo botijão tinha inicialmente de se encomendar fora da favela, só o recebendo três dias depois. Além dessas tarefas, em meados da década de 1940, a caça por ganhar um “dinheirinho” próximo ao lar, levou-a a exercer pequeno comércio, vendendo sanduíches de mortadela e café, mantido dentro de uma chaleira, já que, no Brasil, não se usavam garrafas térmicas antes da década de 1960. Esses artigos eram dispostos em uma mesa, dentro de sua casa, próxima a uma janela que dava para uma trilha, ainda no meio do mato, por onde passavam alguns moradores da Rocinha em plena expansão. Obtinha também dinheiro extra, fazendo lanches para casamentos e aniversários ou trabalhando como faxineira horista no Hospital Miguel Couto.

Todavia, a possibilidade de lidar em casa não ocorreu a todas: muitas tiveram de trabalhar fora, em especial, como empregadas domésticas, cozinheiras, copeiras. A própria Alda, pelas mudanças tecnológicas e pela poluição do riacho, teve que encontrar outras saídas econômicas. Seu último emprego foi em um hotel, sucessivamente, como arrumadeira, faxineira, lavadeira ou cozinheira, parando de trabalhar apenas quando casou a última filha. Em geral, no Brasil, as mulheres pobres e faveladas só paravam de trabalhar de forma remunerada quando consideraram todos os filhos criados. Nesse estágio de vida, eles podem gerar a renda familiar que elas antes produziam para manter a casa.<sup>21</sup>

Grandes setores de nossas elites assumiram ao longo da história, na explicação do processo de favelização, a visão do individualismo metodológico, ou seja, a de que os fenômenos sociais resultam de empreendimentos que só se remetem a iniciativas individuais. Ademais, era-lhes mais fácil atribuir a pobreza dos favelados à vagabundagem e não à condição de desapropriados. Os moradores da Rocinha intuía que sua identidade construía-se a partir de um lugar social qualificado pela burguesia como uma arritmia ou um desarranjo da ordem social, considerada lógica e harmoniosa. Não obstante, essa “loucura” assentava-se

---

<sup>21</sup> Cf. Botelho, Alda Dias, 6/10/2001; <http://www.dako.com.br/empresa/historia/tehistoria02.shtml>. Acesso em 04/07/2004; Gallo, Mayrant. Pode vir quente que eu estou fervendo in: *Correio da Bahia*, 29/05/2003. Disponível em: <http://www.correiodabahia.com.br/2003/05/29/noticia.asp?link=not00007653.xml> Acesso em 12/09/2003; ZALUAR, Alba. 1985. “A Máquina e a Revolta”. As Organizações Populares e o Significado da Pobreza. São Paulo, Editora Brasiliense, p. 94.

“no âmago... da razão e da verdade”<sup>22</sup>, porquanto indiciava as antinomias da vida social dita “coerente” e “integrada”, lograda apesar ou por causa dessa contradição. Sabia-se, desde a *Belle Époque*, que nos morros cariocas viviam vagabundos, ratoneiros e outros tipos de infratores, temendo-se assim que os favelados descessem os morros e invadissem a urbe. No entanto, apesar de Lícia Valladares atestar que, após a década de 1960, as ações políticas voltadas para os favelados, não mais os classificavam como “classes perigosas”, grande parte da “comunidade” da Rocinha, no início da década de 1980, estava cônica de que numerosas frações da urbe carioca sentiam-se ameaçadas por ela<sup>23</sup>. A Rocinha sofreu, portanto, o estigma da marginalidade e da criminalidade, atributo das favelas desde o início do século XX, sendo, na década de 1970, apresentada pelos meios de comunicação de massa, como um “reduto de delinquentes e pivetes”<sup>24</sup>. Este preconceito favoreceu e ampliou o processo de vulnerabilidade social em que viviam seus habitantes. Todavia, após essa época, a circunstância tornou-se mais complexa: àqueles citados marginais se aditaram os narcotraficantes. Esse contínuo temor vem gerando políticas públicas de controle, de moralização, de tutela e, mais freqüentemente, de repressão sobre este segmento da população carioca.

Contudo, a quase totalidade desses pobres compõe-se de trabalhadores “honrados” e com famílias, em sua maior parte, bem constituídas. Ademais, grande parte da patologia social atribuída apenas ao espaço favelado era gerada fora dela, pela má distribuição da terra e da renda no país. Lá se aloca o varejo do narcotráfico, todavia, encontra-se no “asfalto” a maioria dos consumidores e dos atacadistas de drogas.<sup>25</sup>

A insegurança social não era uma prerrogativa dos moradores da cidade formal, pois os favelados conviveram com dois tipos de violência, a do policial e a do traficante. O morador possuía a consciência que, residir lá, significava ter, de repente, numa inversão de funções da polícia, a sua casa invadida por ela ou ser capturado como um transgressor, mesmo sem “ter culpa no cartório”. Inclusive, um favelado, nos anos 80, se não portasse carteira de identidade ou de trabalho, mesmo trajando roupa suja de tinta e cimento, característica da

---

<sup>22</sup> Foucault, Michel. 1995. *História da Loucura*. 4 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, p.14; cf. Cunha, Olívia Maria Gomes. Cinco Vezes Favela – uma reflexão in: Velho, Gilberto e Marcos Alvito (orgs.). 2000. *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, pp. 189-218, p. 189; Castel, R. 1998:356; *Varal*, 1983:4, cf. p.3; p. 14; Zaluar e Alvito, 1999. Introdução, p. 7.

<sup>23</sup> Cf. Valladares, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil in: Boschi, Renato (org.). *Corporativismo e Desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ, Rio Fundo Editora, 1991, pp. 81-112, p. 98-9; *Varal*, 1983:4.

<sup>24</sup> *O Globo*, 02/09/1975, passim apud Segala, 1991:6.

<sup>25</sup> Cf. *Varal*, 1983:4, Cabral, Sérgio. 1997. O outro Rio. In: Alves, Ronaldo. *O Bandido e outras histórias da Rocinha*. Rio de Janeiro: Sette Letras, pp. 9-11, 9; Rocha, 2000:18.

construção civil, podia ser considerado suspeito de criminalidade e conduzido à delegacia, como se o ônus da prova coubesse ao acusado. De fato, essas práticas participavam da fisiologia da estrutura secular da segurança pública em regiões pobres, estando presentes, já no início do século XX, no Morro da Providência, a mais antiga favela da cidade do Rio de Janeiro. Esses episódios denotavam um desrespeito aos ideais de cidadania, pois para os favelados não valiam, em realidade, as mesmas leis de propriedade particular que organizavam a vida social das camadas médias cariocas. A violência policial contra a população local gradativamente aumentou, sendo percebida, na década de 1980, como muito maior do que nos dois decênios anteriores. Neste novo tempo, tinha-se “mais medo da polícia do que do vagabundo”. Antes, os moradores sentiam-se mais protegidos com um policiamento constante, encontrando-se uma maior violência policial no recôndito das delegacias, sendo dificilmente publicizada na rua.<sup>26</sup>

Muitos conviveram com criminosos, silenciando sobre os mesmos, caso contrário, ficavam sem casa e, às vezes, sem a sua vida ou a de algum ente querido. Outros presenciaram inocentes adultos e até crianças serem abatidos por bala perdida devido às diligências policiais ou às lutas entre facções rivais de delinqüentes. Alguns habitantes, embrutecendo-se com tanta violência, resolveram também assumi-la como prática.

Desde as origens da Rocinha, surgiram redes de solidariedade, baseadas no parentesco, na vizinhança e na amizade, ou, inclusive, nas associações comunitárias e religiosas, como uma das formas de integração social. Às vezes, as redes foram fortificadas com laços de compadrio. Muitos migrantes conseguiram sobreviver às dificuldades da cidade, devido ao auxílio de terceiros. Essas redes solidárias davam a familiares, amigos ou conhecidos vindos de outras regiões toda sorte de apoio, oferecendo-lhes a sua própria casa como moradia, mesmo que temporária, já que os que chegavam não possuíam dinheiro acumulado nem para erguer um barraco. Auxiliaram também os indivíduos na busca de ascensão social, seja arrumando um emprego ou emprestando algum capital inicial para que eles iniciassem uma atividade como autônomo.

As organizações associativas, tais como as igrejas, exerceram, através da formação de circuitos de solidariedade, o papel de vetor de integração social, fazendo com que seus fiéis se sentissem irmanados a uma comunidade de amparo, portanto, amenizadora das ameaças de vulnerabilidade social. Este auxílio eclesial foi possível através da constituição de redes

---

<sup>26</sup> Varal, 1983: 39; Zaluar e Alvito. 1999. Introdução, p. 8; Da Matta, Roberto. 1991. *A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan, p. 79.

intrafavela ou daquelas que permitiram o fluxo de auxílios extramuros, advindos do âmbito urbano, nacional ou mesmo internacional. As igrejas cristãs na favela da Rocinha constituíam importantes unidades de pertencimento para essas populações socialmente vulneráveis.

Pode-se, talvez, concluir que viver na favela é sobreviver em um caos urbano. Por conseguinte, esboçou-se em seus habitantes a sensação de que as dificuldades comuns moldaram a sua identidade, do mesmo modo perceberam que por “estarem todos no mesmo barco”, desprotegidos de um auxílio mais efetivo do poder público, só podiam enfrentar suas mazelas através de uma política conjunta e comunitária. Em suas memórias, povoam as reminiscências sobre os mutirões para a limpeza de valas, a fundação de associações em defesa dos interesses dos moradores, os abaixo-assinados, as idas ao Palácio do Governo para as reivindicações. Mas, essas ações, mesmo as mais “ousadas”, ainda se constituíam dentro das técnicas de atuação e de expressão que o campo político tolerava naquele momento.<sup>27</sup> Na verdade, eles pelejaram para se tornar parte do espaço integrado da cidade, transformando-se em cidadãos.

Os políticos, vindos “do asfalto”, geralmente de posição social mais elevada, tornavam-se senhores das estratégias da esfera de produção do campo político, geradora de análises, conceitos e projetos. Todavia, os favelados não se furtaram em influenciar ladinamente, através das táticas permitidas pelo processo político, os resultados a seu favor.<sup>28</sup> Mesmo assim, as escolhas quase sempre se realizavam dentro de um leque de opções, em geral, aberto pela classe hegemônica, vigilante em determinar o “admissível” e o “impossível” no campo do político.

O Estado do Bem-Estar Social do após-guerra implantou-se timidamente no Brasil, não se julgando tão responsável pelos seus pobres, mesmo que trabalhadores. Por isso, os favelados da Rocinha, habitantes desrespeitosos das normas urbanísticas e não-pagantes de impostos territoriais, foram vistos pelas autoridades estatais como semicidadãos, já que não gozavam das regras universais que valiam “para todos em todo e qualquer espaço social”.<sup>29</sup> Em relação a eles, o Estado, comumente, não se sentia com todas as responsabilidades que para si tomava em relação aos cidadãos da cidade formal. Era uma entidade, em grande parte ausente, a não ser como agente controlador e repressor. Por isso, muitas das melhorias nessa

---

<sup>27</sup> cf. *Varal*, 1983:7; Bourdieu, Pierre. 1989. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, p. 165.

<sup>28</sup> Cf. Bourdieu, 1989:177.

<sup>29</sup> Da Matta, 1991:71; Roman, Joël. fev. 1996. Cidadania e Vínculo Social in: *Caderno Pesquisa*, São Paulo, n. 96, p. 24-29, p. 26.

localidade foram mui ordinariamente concedidas e sempre com uma contrapartida dos moradores.<sup>30</sup>

Assumir apenas a abordagem que as massas faveladas eram agentes passivos na esfera política<sup>31</sup> equivaleria a obscurecer que, nas ações clientelistas, elas tiveram não apenas uma participação coordenada, paciente ou receptora, mas agenciadora, participante e interpeladora. Em outras palavras, muitos empreendimentos clientelistas foram respostas dos políticos às demandas dos “nativos”.

Após 1945, findo o Estado Novo<sup>32</sup>, democratizando-se o país, a Rocinha, como outras favelas cariocas, por sua concentração de eleitores, moradores em uma área extremamente carente de infra-estrutura urbana, serviu como área afeita a barganhas eleitoreiras, típicas do clientelismo. Na segunda metade da década de 1970, por exemplo, continuava “um feudo eleitoral muito cobiçado” pelo número de seus eleitores, estimado, então, em torno de trinta mil.<sup>33</sup> Toda essa realidade clientelista favoreceu, ao longo da história, a formação de redutos eleitorais importantes na Rocinha, sendo o mais afamado o do vereador e depois deputado Amando da Fonseca, sucessivamente do Partido Trabalhista Brasileiro e do Partido Trabalhista Nacional, ambos populistas.<sup>34</sup>

Na cultura política da Rocinha, predominava a concepção de que os políticos assistencialistas eleitos se tornassem agentes de “soluções”, não apenas para o interesse público em geral, mas, particularmente, para os seus eleitores e, mais que isso, que atendessem, em especial, às demandas pessoais, prestando, o mais que possível, serviços e solidariedade.<sup>35</sup> Havia aí um emprego privatizante do bem público, já que esse era ofertado como um dom do político, quando, na verdade, era um bem de todos, cuja obtenção fora, como um desvio, condicionada a sua intermediação.

O político assistencialista apresentava-se, na época da eleição, como aquele que seria capaz de trocar pragmaticamente as demandas sociais dos pobres por apoio eleitoral a sua candidatura, construindo uma imagem de benfeitor dos “carentes”. A política clientelista não estava comprometida com uma eficaz redistribuição de renda que eliminasse a miséria,

<sup>30</sup> Cf. *Varal*, 1983:43.

<sup>31</sup> Cf. Bourdieu, 1989:163.

<sup>32</sup> Sinônimo do período da ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945)

<sup>33</sup> *Jornal do Brasil*, 23/05/1976 apud SEGALA, Lygia. 1991p. 6, 100; Alves, 1997:57; *Jornal do Brasil*, 31 de maio de 1979, Rio de Janeiro, Caderno B, p. 4.

<sup>34</sup> Cf. Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2000:13, 15,18. Kuschnir, Karina. 1999. *Eleições e Representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, p. 39; *Varal*, 1983: 37, 64, 68-9; Tenório Cavalcanti. Disponível na Internet no URL: <http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/cd/bios/tenorio.html> (Acesso em 3 de fevereiro de 2004); Alves, 1997:14.

<sup>35</sup> Kuschnir, 1999:44; cf. p. 9-10, 35; Diniz, Eli. 1982. *Voto e Máquina Política. Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 18

retirando o excesso de riqueza acumulada nas mãos da classe hegemônica. Logo, aos pobres, mais freqüentemente desapeados dos instrumentos que geram a competência demandada para a esfera política, restava barganhar com o que possuíam, o sufrágio, maximizando, na medida do possível, os seus dividendos. Na Rocinha, “a conquista e a oferta de votos” comumente estiveram presentes “nas entrelinhas dessas trocas, pedidos e retribuições”.<sup>36</sup> Comprovava-se então que a “troca é uma dimensão fundamental do voto”. Dessa forma, havia uma desnaturação da democracia, já que se preservava a sua forma, mas se aniquilava o seu conteúdo.<sup>37</sup>

Durante as campanhas eleitorais, cheias de festas para a população local, os políticos firmavam miúdos compromissos, tais como um saco de cimento para a obra de algum casebre, um jogo de camisetas para o time de futebol. Porém, chegavam, às vezes, às “grandiosas promessas”: instalar serviços de água e esgotos na favela. Portanto, as obras sociais eram peças chaves das campanhas tipicamente clientelistas na Rocinha.<sup>38</sup> Contudo, após as eleições, muito não se cumpria, podendo os residentes até se satisfazer com o pouco que era dado. Em vez de um completo serviço de água e esgoto, restava se contentarem com a água provinda de quatro ou seis tanques com bicas ou de um poço, obras realizadas, na década de 1960, sob a égide de Amando da Fonseca. Estrategicamente, próximo ao poço, esse político “fez um barraco, onde dava festas aos domingos e, em tempos de política, era onde... vinha fazer os comícios...”<sup>39</sup> Essa situação de troca de votos por benefícios comprovava que o Estado não era imparcial e isonomicamente colocado a serviço de todos: as classes subalternas ordinariamente só conseguiam recursos, melhorias e atendimentos às suas demandas caso cedessem a chantagens de cunho eleitoreiro.

O grande objetivo do clientelismo em criar consenso entre as classes sociais a partir de ganhos advindos de barganhas, fazendo parte de um sistema global de hegemonia burguesa, incorporando as massas à vida política. Recorria-se “ao clientelismo para operar a conciliação dos contrários de modo a fazer com que interesses não absorvíveis por uma dada estrutura de

<sup>36</sup> Kuschnir, 1999:39, cf. 31; Zaluar, 1985:222-223; MASTROPAOLO, Alfio. 1992. Clientelismo in: BOBBIO, Norberto et al.. *Dicionário de Política*. 4 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, pp. 177-179, p. 178; Diniz, 1982:18; Bourdieu, 1989: 166, 177; Alves, 1997:57.

<sup>37</sup> Kuschnir, 1999:31; cf. Diniz, 1982:19.

<sup>38</sup> Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16/11/1976 apud *Varal*, 1983:65; cf. *Varal*, 1983:64; Kuschnir, 1999:23.

<sup>39</sup> José Silva de Macedo, cognome Zezinho da Sapataria, comerciante cearense in *Varal*, 1983:55; cf. Diniz, 1982:18; Schühly, Günther Franz. 1981. *Marginalidade: um estudo do “migrante estabelecido” no Brasil*. Rio de Janeiro: Agir: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 172 p, p.47; Eagleton, Terry. 1997. *Ideologia. Uma Introdução*. S. Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, p. 15-6, 19; *Varal*, 1983:37, 52, 64, 67; Botelho, Alda Dias, 6/10/2001.

poder” se sentissem “apaziguados, ao invés de incompatibilizados”.<sup>40</sup> Suprimia-se o conflito político entre favelados e a sociedade burguesa envolvente através da renúncia daqueles à existência independente na vida pública, impedindo-lhes uma real integração em termos políticos autonomizados.

Desde 1945, no comportamento dos postulantes a cargos políticos frente a essa comunidade, predominaram mais estratégias comunitárias/assistencialistas que ideológicas/políticas. Isso advinha de uma concepção não declarada de que, no Brasil, o Estado agia na prática não para o bem de todos, mas para aqueles que detinham dentro dele o poder, como também de uma não difusão plena do exercício dos direitos de cidadania em termos “universalistas”, especialmente entre os mais pobres, no nosso caso, os habitantes da Rocinha. As ações e os discursos clientelistas propiciavam a abdicação de uma posição política autônoma dos moradores ao fazer esses apresentarem as suas demandas não como um direito do cidadão, mas como forma de obter dádivas ou favores.<sup>41</sup>

Em vários momentos da prática clientelista, pareceu não ter sido importante a vinculação partidária do candidato, mas sim o coeficiente de confiabilidade da realização de suas promessas e suas relações de prestígio com as lideranças comunitárias dentro da favela. Isso denunciava o pequeno grau de definição ideológica do quadro partidário brasileiro, assim como a escolha política basear-se mais em benefícios trocados entre candidato e indivíduo/comunidade que em princípios doutrinários direcionadores de uma práxis parlamentar ou executiva.<sup>42</sup> Essa volúvel migração partidária revela que, nesse aspecto, as práticas no campo político na favela não diferiam das que eram exercidas em todo o Brasil.

Seguindo a tendência do eleitorado carioca, a Rocinha, em 1978, votou majoritariamente no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido nacional de oposição ao Regime Militar, mesmo que entre eles, houvesse grande número de deputados que participava do clientelismo chaguista<sup>43</sup> e poucos “autênticos”. Os “chaguistas”, apesar de estarem no partido de oposição, caracterizavam-se por “não professar uma linha de questionamento do governo federal” sob a ditadura militar. Os “autênticos” constituiriam um bloco de deputados do MDB que possuíam uma postura mais combativa contra o regime

---

<sup>40</sup> Diniz, 1982: 18 e 19.

<sup>41</sup> Cf. Kuschnir, 1999:31; Zaluar, 1985:225; Diniz: 1982:18.

<sup>42</sup> Cf. Diniz, 1982:18; *Varal*, 1983:67-8; Depto. de Arquivos. Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara Informações e Produtos Parlamentares. As legislaturas e os deputados: quadros demonstrativos. Disponível na Internet no URL: [http://www.alerj.rj.gov.br/center\\_arq\\_aleg\\_prod\\_link4.htm#1](http://www.alerj.rj.gov.br/center_arq_aleg_prod_link4.htm#1) (Acesso em 2 de fevereiro de 2004).; *O Homem que queria ser presidente*. Disponível na Internet no URL: <http://www.adhemar.debarros.nom.br/biografia.htm>. (Acesso em 2 de fevereiro de 2004).

<sup>43</sup> Nome derivado de seu líder, o político Chagas Freitas.

político então instaurado.<sup>44</sup> Quanto aos deputados estaduais, 90% dos votos da Rocinha foram para os chaguistas. Esta opção majoritária pelo chaguismo também apareceu em outras favelas.<sup>45</sup> Ante esses dados, verificamos que a favela não se posicionava à esquerda, mas quando muito numa postura centro-esquerda, e melhor seria dizer: mais para o centro do que para a esquerda.

Diferenciando-se das práticas clientelistas de direita ou de centro, indicamos uma tímida ação política de esquerda nessa comunidade. Havia uma inspiração progressista no trabalho comunitário realizado por católicos na Rocinha entre 1977-1983, já que, eram inspirados pela corrente da Educação Popular, assim como pela Teologia da Libertação, disseminadas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Além desses católicos progressistas e, às vezes, próximos a eles, vislumbramos elementos do Partido Comunista Brasileiro e da Ação Popular Marxista-Leninista tendo influência na Associação dos Moradores em fins da década de 1970 e no início da década de 1980. Isso criou, no meio favelado, polarizado pela ação do segmento progressista da Igreja Católica, uma consciência de luta política autonomizada, mobilizando a população para ações internas e junto ao poder público com o fito de diminuir a sua vulnerabilidade social.

Apesar de buscar apoio em pessoas “do asfalto” na luta contra as suas precárias condições de vida, muitos favelados da Rocinha, em geral, tiveram, na passagem da década de 1970 para a de 1980, reservas para com os intelectuais de esquerda que se aproximavam do trabalho da Igreja Católica na localidade. Eram vistos como quem falava “sobre o povo, mas não se confundia nem dividia com ele sacrifícios”, levando os moradores a suspeitarem que esses militantes de esquerda pretendiam direcioná-los.<sup>46</sup> Talvez, avaliassem que, sob a ditadura militar então suportada, assumir uma prática de frontal oposição não traria pragmaticamente melhorias para a sua situação de vulnerabilidade social. Ademais, talvez enxergassem qualquer mudança para a sua situação dentro da *doxa* do sistema capitalista, estranhando como anormal, perigosa ou mesmo insensata qualquer tipo de ação não pautada por essa.

A prevalência de uma política clientelista e a pequenez da penetração de correntes mais à esquerda, como o MDB “autêntico”, a Igreja da Teologia da Libertação, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou a Ação Popular, fizeram triunfar um tipo de política ainda subalternizante e não-autonomizadora. Portanto, não se diferenciando do grosso da população

---

<sup>44</sup> Diniz, 1982:65-6.

<sup>45</sup> Cf. Diniz, 1982: 79-80, 83. *Jornal do Brasil*, 31 de maio de 1979, Caderno B, p. 4.

<sup>46</sup> Segala, 1991:3, 6, 16, 24-25.

carioca, o caminho do clientelismo político foi encarado pela maioria dos favelados da Rocinha como a via política mais segura e eficaz para a obtenção de melhorias pessoais e coletivas, em especial, das infra-estruturas urbanas para a sua localidade.

Por que a maioria dos favelados na Rocinha tolerou ou admitiu que a vida política emergente em seu meio fosse, em última instância, complacente com a sua subalternização político-social? Supomos, primeiro, que não puderam enfrentar aqueles que se beneficiavam das regras que os subalternizavam em diversas esferas e os miserabilizavam, já que o grosso dos moradores da Rocinha estava desapossado dos instrumentos materiais e culturais assim como do tempo livre que propiciavam a ociosidade produtiva facilitadora de uma “participação ativa na política”.<sup>47</sup> Segundo, porque os que isso possuíam, conseguiram tê-lo, na medida em que estavam ajustados a uma *doxa*, quer dizer, a regras que “as pessoas aceitam sem o saber”, admitida por quase todos, inclusive pelos favelados, legitimadora da hegemonia da burguesia sobre os subalternizados na sociedade, na medida que instituía uns com muito a ter, enquanto outros quase nada a haver. Ou seja, em geral, os favelados naturalizaram esses princípios como constituidores da realidade, portanto, quase irremediavelmente imutáveis. Na verdade, restava-lhes esperar o momento de poder agir de forma que, utilizando as mesmas normas, se tornassem incluídos como elementos das camadas médias ou superiores, atravessando individualmente as fronteiras marginalizadoras porosas para alguns, mas não para todos. Enquanto isso, viviam tentando barganhar, na esfera política, melhorias ou soluções que suavizassem a sua situação de carência. Terceiro, porque as propostas políticas favoráveis aos favelados, mas autonomizadas dos esquemas subalternizantes instituídos pelo *establishment*, foram tornadas impensáveis ou censuradas tanto pelas autoridades do *status quo*, quanto pela própria cultura política da maioria dos favelados.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> Bourdieu, 1989:164

<sup>48</sup> Bourdieu, Pierre & Eagleton, Terry. 1996. A Doxa e a Vida Cotidiana: uma entrevista In: Zizek, Slavoj (org.) *Um mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, pp. 265-278, p. 268; cf. Bourdieu, 1989:165.